

O PARADIGMA DA SUSTENTABILIDADE

Maurício Marques de Faria

Doutorando HCTE/UFRJ

mdfaria@gmail.com

Dr. José Carlos de Oliveira

Orientador HCTE/UFRJ

jcarlos@dee.ufrj.br

INTRODUÇÃO

Não há uma definição consensual sobre o que é sustentabilidade devido, segundo Valle (2011), a opção de nossa sociedade pela modernidade, onde a ciência aparece como sua expressão máxima. Tendo em vista que apenas no último século teriam sido atingidas as promessas da modernidade (o acesso à participação política, à cultura das elites, e aos bens de consumo) ainda viveríamos em uma era de modernidade reflexiva, a qual não pertence à ideia de preservação da natureza, vista como “recursos naturais” que possibilitam ao homem melhorar sua qualidade de vida através da aquisição de bens de consumo. Quando a sociedade industrial e tecnológica começou a atender “satisfatoriamente” a oferta de bens, também trouxe consigo problemas decorrentes do modelo de desenvolvimento escolhido, na forma de poluição e devastação do meio ambiente.

Após a Segunda Guerra Mundial, o homem percebeu a possibilidade de extinguir a raça humana por sua própria ação (através da ameaça nuclear), ao mesmo tempo em que a natureza começou a mostrar limites ambientais à liberdade da modernidade. Após a década de 1960 movimentos de conscientização social, motivados por denúncias, acidentes e degradação ambiental, levam ao surgimento da ideia de desenvolvimento sustentável ou sustentabilidade como o “desenvolvimento que procura satisfazer as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades”. Para Valle a tese do desenvolvimento sustentável é uma nova proposta moderna, de correção dos problemas causados pela própria modernidade. Surgem então duas correntes dominantes nas discussões sobre o tema. Uma ecológica, preocupada com o meio ambiente e a preservação da natureza. Outra econômica, que busca a conservação da natureza num patamar que permita a manutenção e o incremento da qualidade de vida da sociedade, fortemente apoiada na inovação tecnológica.

A sustentabilidade pode ser vista como a preservação da integridade dos sistemas ambientais e sociais, permitindo a continuidade da existência da “vida como um todo”, incluindo os seres

humanos. Temos aqui, numa visão econômica, a ideia de sustentabilidade embutida na noção de renda, que seria o montante máximo que uma sociedade pode consumir em um ano e ainda continuar com a possibilidade de consumir o mesmo montante no ano seguinte.

Segundo Werneck (apud ANDRADE, 2006, p.4) as necessidades de demanda das futuras gerações não serão sempre atendidas por uma oferta inesgotável de bens e serviços, não havendo, então, como evitar choques de oferta com passivos socioambientais crescentes. Andrade afirma que é preciso alterar o atual paradigma de crescimento constante a qualquer custo, pois não será possível proteger ou renovar os ecossistemas da ganância do homem. A grande maioria das nações do mundo reconhece a emergência dos problemas ambientais (MARTINS, 2003); entretanto, como mostram as conferências da ONU, é difícil conciliar os desejos e necessidades específicas de cada nação (e nos regimes democráticos, de seus políticos preocupados com o curto e médio prazo) com uma abordagem decorrente da compreensão de que a existência de certa qualidade ambiental está diretamente condicionada ao processo de desenvolvimento adotado pelas nações em seu conjunto.

Como lembra Lévy (1993, p.194) a técnica em geral não é nem boa, nem má, nem neutra, nem necessária, nem invencível. É uma dimensão, recortada pela mente, de um dever coletivo heterogêneo e complexo na cidade do mundo. Podem ser forças muito importantes para a sobrevivência humana, por exemplo, sistemas de valor, instituições sociais e usos e costumes dos povos de países em desenvolvimento. É preciso conciliar o progresso científico e os interesses da humanidade, através, talvez, do uso de energias alternativas, incentivos para pequenas indústrias, agricultura intensiva dentro de um ambiente natural, num movimento que contribua para lançar os fundamentos de uma economia sadia e baseada nas necessidades e aspirações humanas.

Do ponto de vista da sociologia ambiental, ainda nos debatemos na discussão entre realistas e construtivistas sociais. Os primeiros defendem a existência objetiva dos problemas ambientais, independentemente da forma em que os atores sociais os percebem. Os segundos centram-se nas representações sociais sobre os problemas ambientais, como são definidos, e que significados recebem de diversos grupos e atores sociais (GUIVANT, 2002, p.1).

Beck (1992) reconhece as consequências e perigos da produção industrial para o meio ambiente e a sociedade, que tem abrangência global e demonstrável por descobertas científicas, e que exigem políticas formuladas por instituições transnacionais. As transformações necessárias dependem de como os riscos são percebidos socialmente. Risco é ambivalência, e estar em risco é a maneira de ser e de governar no mundo da modernidade; estar em risco global é a condição humana no início do século XXI. Esta ambivalência estaria exposta na capacidade de autodestruição e de

recomeço pelo homem, em equilíbrio uma com a outra. A sociedade moderna se tornou uma sociedade de risco à medida que se ocupa, cada vez mais, em debater, prevenir e administrar os riscos que ela mesma produziu.

SUSTENTABILIDADE E ECONOMIA

De maneira geral, mesmo percebendo os limites de um mundo disciplinado pela expansão demográfica e por recursos limitados e desigualmente distribuídos, os economistas enxergam a questão da crise ambiental e climática do ponto de vista do mercado, limitando-se a buscar formas de atender demandas de consumo baseadas em inovação tecnológica. Economistas como Antonio Delfim Netto, André Pinheiro Lara Resende e Edmar Bacha concordam que não há mais dúvida quanto aos estreitos limites ecológicos do crescimento mundial (ARNT, 2010). Mas não acreditam que é preciso mudar o sistema econômico vigente para resolver a situação. Um novo ciclo de inovação, com um novo paradigma produtivo em que o modelo matemático considere a restrição ecológica seria a solução. Lara Resende (ARNT, 2010, p.34) considera uma “burrice completa” associar a ameaça ecológica à forma de organização do sistema de mercado de produção de riqueza. Delfim Netto (ARNT, 2010, p.12) afirma que a posição dos ecologistas, que chama de “socialismo verde”, é pior que a do “socialismo vermelho”, onde a extravagância de alguns movimentos ambientalistas produzem exageros e caricaturas.

Mas existem vozes discordantes. Uma linha chamada teoria econômica ecológica ou bioeconomia, busca uma abordagem diferente, baseada nas propostas do economista Nicholas Georgescu-Roegen (1906-1994). A principal diferença entre as duas teorias, a neoclássica e a ecológica, está em seus respectivos pontos de partida (CECHIN; VEIGA, 2009, p.1). A teoria neoclássica enxerga a economia como um todo, e quando chega a considerar a natureza ou o meio ambiente, eles são entendidos como partes ou setores da macroeconomia. Exatamente o inverso da economia ecológica, para a qual a macroeconomia é parte de um todo bem mais amplo. Georgescu-Roegen aplica à economia o conceito de entropia, emprestado da termodinâmica, apontando que as concepções tradicionais da economia pecam pelo extremo mecanicismo. A ideia chave é a de que nosso planeta é um sistema fechado e o crescimento exponencial perpétuo, baseado em recursos naturais finitos, subordinados aos princípios fundamentais da termodinâmica (incluindo o princípio da entropia) é impossível, e qualquer expansão da macroeconomia terá um custo, exigindo algum tipo de contrapartida natural. O sistema econômico é aberto para a entrada de energia e matérias de qualidade, mas também para a saída de resíduos (CECHIN; VEIGA, 2009, p.7). Toda produção

econômica vem acompanhada da geração de desordem, que engloba impactos ambientais, mudanças climáticas antropogênicas etc. Isso significa que a humanidade não irá resolver os desafios que se impõe tratando apenas os sintomas, nem utilizando as mesmas receitas que valeram desde a Revolução Industrial.

SUSTENTABILIDADE E ECOLOGIA

Para os ecologistas é preciso uma reflexão crítica sobre os sistemas de produção, buscando uma maneira de influir na atividade empresarial para que ela seja parte da solução de questões globais, pois as empresas dependem da sociedade para existir assim como o homem depende do meio ambiente, numa cadeia de relações complexas, muito afetada em seu equilíbrio pela teoria econômica neoclássica, que não abarca a questão ambiental. Esta indiferença à preocupação ambiental envolve valores adquiridos há muito tempo e nunca reexaminados, que envolvem tradições culturais e econômicas. É difícil e doloroso abandonar alguns valores fundamentais mesmo quando estes começam a se tornar incompatíveis com a sobrevivência. Diamond (2007, p.517) questiona até que ponto nós, como indivíduos, preferimos morrer em vez de nos adaptarmos e sobreviver. Essas decisões envolvem riscos, pois dificilmente se pode ter certeza de que se apegar a valores fundamentais será fatal, ou abandoná-los garanta a sobrevivência.

Mesmo considerando que a cultura democrática ocidental aparenta, à primeira vista, ser inconciliável com a preocupação com o “cuidado natural” (por um possível caráter de humanismo que faz dos homens senhores e donos da natureza e não parte de um sistema), Ferry (2009, p.201) aponta que seria possível uma reconciliação com a natureza, sem renúncia aos artifícios “desnaturados e artificiais” trazidos pela civilização. Uma relação viável no longo prazo com a natureza somente será encontrada com envolvimento total da sociedade, pois seria a natureza humana que estaria na causa dos problemas, sendo necessário que a sociedade aprenda a desenvolver-se dentro dos limites sociais e ecológicos do sistema. Para Ferry (2009, p.249) não é necessário escolher entre uma cultura de desprendimentos, de arraigamento ou de consumo. O que é preciso é um alargamento de horizontes, impossível fora da articulação dos aspectos que se queira separar por motivos ideológicos, onde o cosmopolitismo não se opõe mais ao nacionalismo. Entre a barbárie e o humanismo, é a “ecologia democrática” que compete agora decidir nosso futuro.

SUSTENTABILIDADE E SOCIEDADE

A sociedade moderna enfrenta impactos profundos decorrentes do modelo de desenvolvimento adotado no processo de globalização de padrão de consumo, com consequências inequívocas para o ambiente e a população, tais como a degradação dos recursos naturais, poluição, mudanças climáticas e riscos sociais e técnicos que afetam tanto os indivíduos quanto a coletividade, com desdobramentos sociais, culturais, políticos e econômicos (SEIXAS, 2010, p.29-31). Diferentes grupos sociais são submetidos de forma diferenciada aos impactos das mudanças ambientais globais. Desigualdade social e pobreza são agravantes que tornam as sociedades mais sensíveis a essas alterações. Grupos sociais que se encontram em situação precária de condições de habitação, acesso à infraestrutura e serviços são mais vulneráveis, uma vez que não dispõem de meios para enfrentar ou se adaptar aos efeitos negativos das mudanças.

Na década de 1990 percebeu-se que a medida de desenvolvimento exclusivamente pelo Produto Interno Bruto (PIB), que mede o aumento de produção e do consumo de bens e serviços, é inadequada para medir o bem-estar do conjunto da população. A ONU, através do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) criou o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que introduz ao lado da produção material, a educação e a saúde, mas deixa de fora a questão da degradação ambiental. Como nem o PIB nem o IDH consideram o uso e o eventual esgotamento dos recursos naturais, uma tentativa de quantificar esta degradação ambiental é a Pegada Ecológica, que busca avaliar a capacidade de suporte do planeta, medindo a quantidade de terras produtivas e água que uma população humana requer para produzir os recursos que consome e absorver seus resíduos em determinado ambiente pelo período de um ano.

Nenhum dos fatores envolvidos na questão da sustentabilidade (econômicos, sociais, educacionais, ambientais) pode ser tratado isolado dos outros. Igualmente, é essencial levar em consideração as diversas circunstâncias em que se encontram as pessoas pelo mundo e o impacto da situação sobre suas prioridades e valores. Para um indivíduo que vive na pobreza, o conceito de desenvolvimento sustentável pode significar o aumento do consumo e a obtenção de um nível de vida mais alto. Para um país próspero, pode ser menos consumo, cuidadosamente considerado. Não é possível resolver o quebra-cabeça do desenvolvimento sustentável concentrando-se nas peças. Deve-se considerar o tema como um todo, analisando suas dimensões científicas e sociais, e não como uma série de problemas isolados. Neste contexto, sobressai a importância da educação e da participação social na busca de soluções. A sociedade precisa mudar para além de simplesmente expressar seus pontos de vista e preferências e tentar influenciar decisões (GICHURE, 2007, p.45). Valores éticos e morais precisam ser inculcados em todos os processos de democratização

(inclusive os de produção) e de escolha de líderes. Os cidadãos precisam aprender como exigir e conferir a prestação de contas de seus líderes por seus atos e suas políticas de longo prazo. A democracia tem de levar à boa Governança, boa política e bem estar. É preciso integrar a ecologia num quadro democrático, discutindo a elaboração de novos marcos teóricos e práticos para a questão ambiental. A esfera política terá de contribuir para organizar, esclarecer e arbitrar os grandes debates cuja ausência se torna insuportável para cidadãos que estão deixando a menoridade. Questões de fora do campo da economia, como ecologia e bioética, já não tem muito sentido em nível nacional e precisam ser discutidas de novas formas (FERRY, 2009, p.240).

CONCLUSÃO

A percepção dos limites e da finitude dos recursos da Terra e a ideia de sustentabilidade são fenômenos relativamente recentes na história da humanidade. O desenvolvimento sustentável foi definido e descrito de diversas formas, não sendo uma noção fixa, sendo talvez um processo de mudança das relações entre os sistemas e processo sociais, econômicos e naturais. A sustentabilidade, na prática, tem-se traduzido pela busca de uma adequação entre as exigências e as necessidades de desenvolvimento e preservação do meio ambiente, num equilíbrio que pode ser obtido tratando-se de reduzir as tensões ou aumentando a capacidade de sustento (UNESCO, 1999, p.32).

É imprudente esperar que a ciência e a tecnologia encontrem uma solução para todos os problemas que a humanidade é capaz de criar, ou ater-se apenas nas soluções técnicas sem considerar a capacidade das sociedades humanas de se ajustarem às mudanças e às tensões que essas soluções podem impor. O “ponto de equilíbrio” é influenciado por muitos fatores, sendo sujeito a mudanças constantes. A falta de percepção para a transdisciplinaridade da questão tem reduzido o debate entre ecologistas, partidários apenas da redução das tensões ambientais, e economistas, que defendem o aumento da capacidade de sustento. A sustentabilidade não é uma questão para ser abordada apenas de uma ótica ecológica ou econômica, pois também abrange aspectos políticos, sociais, culturais e espaciais/territoriais.

A implementação de um modelo de sustentabilidade passa por um processo de discussão e comprometimento de toda a sociedade, uma vez que implica em mudanças no modo de agir dos agentes sociais. O sucesso das ações que devem conduzir ao desenvolvimento sustentável dependerá em grande parte da influencia da opinião pública, do comportamento das pessoas, e de suas decisões individuais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, George Albin R. de. Economia: criação de um modelo de economia ambientalmente sustentável. 2006. Disponível em: <www.aedb.br/seget/artigos06/251_artigo/20econoeconomia.pdf>. Acesso em: 24 fev. 2011.
- ARNT, Ricardo. O que os economistas pensam sobre sustentabilidade. São Paulo: Editora 34, 2010. 285p.
- BECK, Ulrich. The risk society. Towards a new modernity. Londres: Sage, 1992. 260p.
- CECHIN, Andrei; VEIGA, José Eli da. O fundamento central da economia ecológica. (cap.2, p.33-48) in: May, Peter (org.) **Economia do meio ambiente: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Elsevier/Campus, 2010. 2.ed.
- DIAMOND, Jared. Colapso: como as sociedades escolhem o fracasso ou o sucesso. Rio de Janeiro: Record, 2007. 685p.
- FERRY, Luc. A nova ordem ecológica: a árvore, o animal e o homem. Rio de Janeiro: Difel, 2009. 252p.
- GICHURE, Peter. What influence do knowledge and ethical values have on political decision-making process? (cap.5, p.45-60) in: Jelenic, Josip; Vogel, Bernhard (org.) **Building values: the purpose of politics in the age of globalization**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2007. 203p.
- GUIVANT, Julia. S. Sustentabilidade e métodos participativos: os riscos dos pressupostos realistas. Austrália: Congresso Mundial da International Sociological Association, Brisbane, 8-13 de julho de 2002. 12p.
- LÉVY, Pierre. As tecnologias da inteligência. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993. 203p.
- MARTINS, Tais. O conceito de desenvolvimento sustentável e seu contexto histórico. 2003. Disponível em: <<http://jus.uol.com.br/revista/texto/5490/o-conceito-de-desenvolvimento-sustentavel-e-seu-contexto-historico>>. Acesso em 25 jun. 2011.
- SEIXAS, Sonia Regina da Cal et all. Mudanças ambientais globais e saúde: uma abordagem preliminar sobre o município de Caraguatatuba, litoral norte paulista. **Teoria e pesquisa**. São Carlos: UFSCar, jul./dez. 2010. v.XIX n.2. p.29-59.
- VALLE, Rogério de Aragão Bastos do. O paradigma da Sustentabilidade lido a partir da teoria da modernidade. Palestra ministrada no curso Tópicos Especiais B – Seminários do PPHCTE/UFRJ. Rio de Janeiro, 28 jun. 2011.